

5. PROPOSTA PARA CRIAÇÃO DE TAXA DE DIREITOS DE PASSAGEM E DE OCUPAÇÃO DO SUBSOLO, COM CARÁCTER PERMANENTE: ARTº 85º DA LOE 2017:

Submete-se à consideração do Executivo e posterior aprovação da Assembleia Municipal, proposta para criação de taxa de direitos de passagem e de ocupação do subsolo, com carácter permanente, proposta essa que se anexa.

Gestão Documental [(cm-braga.pt)\Alice M Gonçalves]

Menu Documentos Processos Suporte

Recolher Criar Doc Cópia Cabeçalho Próximo Resumo Delegar Gravar OK Fechar

U7/DMGAP/2017 : Proposta para criação de taxa de direitos de passagem e de ocupação do subsolo, com caracter permanente: artigo 85º da LOE 2017

Workflow

[Estado atual]: Aguarda Informação ➡

Mudar estado para: Decisão?

- ☐ Concluir
- ☐ Criar Documento de Saída
- ☐ Enviar para Serviço
- ☐ Incluir em Processo da GU/GD

Histórico

Último Movimento

Data	Utilizador	Destinatário	Informação	Conhecimento
16-03-2017 12:17:47	DIREÇÃO MUNICIPAL DE GESTÃO, ADMINISTRAÇÃO E PROSPETIVA - Alice M Gonçalves	DIREÇÃO MUNICIPAL DE GESTÃO, ADMINISTRAÇÃO E PROSPETIVA - Alice M Gonçalves	Para despacho do Sr. Presidente	

de Gestão, Administração e Prospetiva
Antunes Guimarães

Documentos Movimentos Doc.Relac Processos Anexos Dados Entidades Responsáveis Mensagens Contributos Conhec. In Localiz Versões

Hist. Class Hist. Entidades Histórico Faturas

Livro Documento Interno

Info Documento

Data de Registo 16-03-2017

Número 17/DMGAP/2017

Envio/Recepção

☐ Aguarda Resposta

Classificador

☐ Começa por

Classificador Orgânico

Gestor

Assunto

Proposta para criação de taxa de direitos de passagem e de ocupação do

Local de Pretensão

Morada

Localidade

Num. Policia

Freguesia

Código Postal

Código Sig

Morada Adicional

Selezione Morada

Detalhes da morada

Descrição

Morada

Número de Policia

Freguesia

Código SIG

Referência do Documento

Observações

Data do Documento 16-03-2017

12

17/03.23

Antunes Guimarães



**Proposta para criação de taxa de direitos de passagem e de ocupação do subsolo,
com caracter permanente: artigo 85º da LOE 2017.**

Sr. Presidente:

1 . A LOE 2017 veio introduzir uma modificação profunda e importante à forma como a taxa de direitos de passagem e de ocupação do subsolo com caracter permanente é liquidada e cobrada às empresas titulares de infra-estruturas (concessionárias de serviços público de telecomunicações, de gás, de electricidade, etc...), repondo algum bom senso nesta matéria. Quando a Lei das Telecomunicações Electrónicas foi aprovada e criada a TMDP, por várias vezes alertei em ofícios dirigidos à ANMP, à ANACOM e membros do Governo de então e outras entidades para o absurdo que era a forma como a TMDP era operacionalizada e que podia conduzir – como conduziu – a um total obscurantismo e falta de transparência na liquidação e cobrança da taxa. Basta ver que a TMDP, sendo uma receita municipal, é liquidada e cobrada pelas empresas de telecomunicações aos seus clientes e supostamente entregue aos municípios, sendo certo que as empresas nem prestam contas (porque não estão a isso legalmente obrigadas) aos municípios. Além disso, os municípios não tinham meios legais para, de forma expedita, reagir judicialmente contra a falta de pagamento da TMDP.

2. Ora, a LOE2017 veio, felizmente, alterar isso. O artigo 85º da LOE2017 diz o seguinte:

Artigo 85.º

Taxas de direitos de passagem e de ocupação do subsolo

1 - Para efeitos de liquidação da taxa municipal de direitos de passagem e da taxa municipal de ocupação do subsolo, as empresas titulares das infraestruturas comunicam a cada município, até 31 de março de 2017, o cadastro das suas redes nesse território, devendo proceder à atualização da informação prestada até ao final do ano.

2 - Na ausência da comunicação a que se refere o número anterior, o município presume que as infraestruturas estão localizadas na totalidade dos metros lineares da respetiva rede viária urbana.



3 - A taxa municipal de direitos de passagem e a taxa municipal de ocupação do subsolo são pagas pelas empresas operadoras de infraestruturas, não podendo ser refletidas na fatura dos consumidores.

3 . Assim, com esta nova medida legislativa, são os municípios que passam a cobrar **directamente** às empresas as respectivas taxas pela ocupação do subsolo, seja a título de TMDP, para o caso das empresas de telecomunicações, seja outro tipo de ocupação do subsolo qualquer infra-estrutura de serviço público (tubagens de gás, de electricidade, etc...).

4. Para isso, as empresas (as que detém infra-estruturas que ocupem o subsolo com caracter permanente) devem comunicar ou publicar nas suas plataformas online, até finais de março, os metros lineares que ocupam para que os municípios possam liquidar e cobrar a TMDP ou a taxa de ocupação do subsolo. Se não o fizerem, os municípios poderão e deverão cobrar a cada empresa a **totalidade dos metros lineares de respectiva rede viária urbana**.

5. Sucede que na nossa tabela de taxas a TMDP é calculada em função duma percentagem sobre a facturação das empresas (pois era isso que estava previsto na Lei das Telecomunicações), o que contraria a lógica dos metros lineares agora prevista para a liquidação deste tipo de taxa. Por isso, impõe-se, agora, a previsão regulamentar da taxa de direitos de passagem e de ocupação do subsolo por forma a adequar tal tributo com o artigo 85º da LOE2017.

Paralelamente, e de acordo com informação dos serviços de planeamento e ordenamento, o total de metros lineares de rede viária do concelho de Braga, para liquidar a taxa às empresas titulares das infra-estruturas, no caso de estas não cumprirem a obrigação de comunicarem ao município o cadastro das suas redes, é o seguinte, à data de hoje:

Considerando os eixos existentes na cartografia homologada de 2013, e atualizações feitas no SIG, temos:



Rede viária municipal (Caminhos municipais, Estradas municipais, e Estradas nacionais desclassificadas sob a jurisdição da CMB e variantes municipais) – 398 Km
Arruamento urbanos – cerca de 800 Km.

6 – Em termos de quantitativo da taxa e da sua fundamentação económico-financeira, proponho que seja utilizada a fundamentação constante do estudo de fundamentação económica financeira utilizado para o *regime regra de ocupação do domínio público*, que é identificado como DF02, por traduzir um workflow em tudo idêntico ao que será utilizada na liquidação e cobrança desta taxa. No entanto, atendendo a que se trata da prestação de serviço público, introduz-se um quociente de “custo social suportado”, por forma a obter um valor que seja justo e que tenha em consideração a realidade económica em causa.

7. Assim, proponho, caso o Sr. Presidente concorde, o seguinte:

- 1- A revogação do artigo 57º da Tabela de Taxas, por se mostrar em desconformidade com o artº 85º da LOE2017;
- 2- A alteração do artigo 51º da Tabela de Taxas, que passa a ter a seguinte redacção:

Artigo 51º

1 – Taxa municipal de direitos de passagem

Por metro linear/m2/m3 e por ano ou fracção

Tipo de processo	Custo da contrapartida			Parêceres Externos	Custo Total	Benefício	Desincentivo	Custo Social Suportado	Valor da taxa a aplicar
	Diretos	Indiretos	Administrativos						
DF 02	19,92	12,32	2,50		34,74			0,93	2,43

*valores atualizados, de acordo com o IPC.

2 – Taxa municipal de ocupação do subsolo por empresas concessionárias de serviços públicos



por metro linear/m2/m3 e por ano ou fracção

Tipo de processo	Custo da contrapartida			Pareceres Externos	Custo Total	Benefício	Desincentivo	Custo Social Suportado	Valor da taxa a aplicar
	Diretos	Indiretos	Administrativos						
DF 02	19,92	12,32	2,50		34,74			0,93	2,43

*valores atualizados, de acordo com o IPC.

3 – outras ocupações no solo, subsolo ou espaço aéreo

a) Tubos, condutas, cabos ou semelhantes

por metro linear/m2/m3 e por ano ou fracção

Mantêm-se a redação e o valor da taxa do atual artigo 51º, nº 1, cuja taxa é de 9,15 € (valor de 2016)

b) Ocupação para depósitos subterrâneos, caixas de visita ou semelhantes

por metro linear/m2/m3 e por ano ou fracção

Mantém-se a redação e o valor da taxa do atual artigo 51º, nº 1, cuja taxa é de 3,15 €, valor de 2016.

O Diretor Municipal de Gestão Administrativa e Prospetiva:

Cont. b.

17.03.16